

Presentes cerca de 2 000 pessoas

Foram aprovadas as seguintes moções antes da Ordem do Dia:

- 1ª-Moção de repúdio e protesto contra actos de tirania e genocídio sobre Maria e Noel Murray e R. Stenson, exigindo a sua libertação.
- 2ª-Moção de apoio à Reforma Agrária.
- 3ª-Moção de apoio com saudações revolucionárias pela passagem de mais um aniversário do MELA.
- 4ª-Moção de apoio aos trabalhadores da ACPA.
- 5ª-Moção de solidariedade com a luta do povo Brasileiro. Repúdio pela ida do Governo daquele País e exigindo o repatriamento dos portugueses presos por lutarem no lado dos antifascistas brasileiros.
- 6ª-Moção de repúdio e protesto a todos os professores que marcaram faltas durante a greve decretada pelo plenário da Universidade. Exige-se a revogação das ditas faltas.
- 7ª-Moção que incumbe a Direcção Geral da A.A.C. de elaborar um comunicado pormenorizado do que se passou no Conício do P.S. em Coimbra no dia 8/12/76 e demonstrar ao público em geral que a luta dos estudantes está acima de qualquer luta partidária.

Foi aprovada a seguinte proposta:

A Comissão de Luta propõe e a Assembleia Magna decide como perspectiva geral de luta uma acção centrada em três frentes: politização da luta, quebra do isolamento face à população e opinião pública em geral e a luta nas escolas.

1- Politização da Luta- tem-se em vista não deixar cair a luta em torno reivindicativa da Academia e do seu ponto central- a Gestão Democrática- uma reivindicação pedagógica desligada da situação política que se vive a todos os níveis da nossa sociedade. Há que a cada momento fazer ressaltar o conteúdo político da actual luta, que é afinal a da defesa da democraticidade interna das escolas e contra a política de recuperação capitalista ao nível das escolas enquadrada na perspectiva mais geral de luta contra a recuperação capitalista a todos os níveis da nossa sociedade. A efectivação prática deste perspectiva materializa-se nos pontos 2 e 3.

2. Quebra do isolamento face à população e à opinião pública em geral - tem-se em atenção a forma caluniosa e insultuosa como a maioria dos órgãos de informação, escrita e falada têm referido a luta estudantil, intoxicando a opinião pública e servindo de suporte à política reaccionária de Cardia, que fica assim com todas as armas na mão para manipular a seu belo prazer essa mesma opinião pública. Considerando que a luta estudantil para sair vitoriosa, passa pela unidade trabalhadores-estudantes, sendo assim evidente a necessidade de desenvolvimento de um grande esforço quer de informação objectiva quer de materialização prática dessa mesma palavra de ordem, propõem-se:

--- Realização de uma sessão de esclarecimento à população de Coimbra sobre a luta da Academia; 5ª feira à noite, sob as palavras de ordem: contra a repressão, pela gestão democrática, pela unidade trabalhadores-estudantes.

--- Esta deve ser entendida como uma primeira iniciativa de um plano mais vasto a desenvolver em princípios de Janeiro.

--- Elaboração de um pleno de jornadas de trabalho (na Realvinha nomeadamente) que corresponda assim à materialização prática da palavra de ordem trabalhadores-estudantes a mesma luta.

3. A frente das escolas — tem-se em atenção a necessidade de agarrar as escolas, de envolvendo a partir das suas estruturas de curso e das comissões de escola, as condições políticas e estruturas que permitem o desenvolvimento de luta.

— Desenvolvimento das estruturas de curso, comissão de curso nomeadamente, que devem dinamizar a sua acção junto dos respectivos anos.

— Realização no início de Janeiro de uma jornada de integração dos novos alunos na Academia, como forma prática de ligação dos estudantes no 1º ano às tradições da luta da Universidade do Coimbra, e à luta concreta que hoje desenvolvem, bem como à actividade associativa em geral.

— Comissão da Escola-definição do seu âmbito de acção

a) São comissões de luta, ao nível da escola, dinamizando e fiscalizando o processo de luta a esse nível.

b) Controlo de tudo o que se passa na Escola, nomeadamente as actividades das CDP's, quando existem.

c) Impedir na prática a aplicação do decreto de gestão na Escola, denunciando publicamente tudo o que se passe ao nível da Escola.

d) Não deve ter qualquer função de gestão.

— Julga-se útil que desenvolvam a iniciativa de um abaixo-assinado, junto dos professores, de repúdio pelo decreto de degradação pedagógica.

4- Considerando a necessidade de unificar a resposta de todas as faculdades face ao problema dos CDP's, propõe-se impedir o funcionamento desses mesmos Comissões, deixando-as Escolas e às respectivas Comissões da Escola, a coordenação e efectivação prática dessa perspectiva.

Deixar desde já marcada uma Assembleia Magna para princípios de Janeiro.